



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XVII - N.º 173 - S. PAULO, NOVEMBRO DE 1972 - RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR - S/ 50 - CAIXA POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

## O CINCO DE OUTUBRO EM S. PAULO

As comemorações do 62.º aniversário da Revolução Republicana de 5 de outubro de 1910, promovidas pelo Centro Republicano Português de São Paulo, deram ensejo a uma grande jornada de confraternização unitária e democrática. Este ano, o ato público consagrado ao significado daquela efemeride teve uma ressonância especial pelo fato de nele ter usado da palavra, em nome dos brasileiros solidários com a luta antifascista do povo português, umas das figuras mais eminentes da cultura americana: o prof. Florestan Fernandes, justamente considerado nos meios científicos internacionais como um dos maiores senão o maior sociólogo do mundo contemporâneo. Aos portugueses reunidos na sede do Centro Democrático Espanhol para celebrar uma da-

ta importante, Florestan Fernandes não trouxe apenas a sua mensagem fraterna de combatente da liberdade que se orgulha de sua origem portuguesa. Trouxe também a sua contribuição a uma luta que considera sua, através de uma análise lucida e profunda do "caetanismo" e da sua significação como resultante da necessidade de transformação do fascismo de Salazar imposta pelas exigências do capitalismo dependente português cada vez mais integrado no sistema capitalista mundial.

O ato foi presidido pelo comandante João Sarmento Pimentel que depois de saudar os democratas presentes — e muito especialmente a direção do Centro Espanhol, representada por Juan Blanco e Santiago Nieto — pediu aos portugueses ali reunidos que assinas-

sem uma carta de apoio ao manifesto "O fracasso do reformismo", apreendido pela PIDE-DGS e cujo texto foi divulgado no Brasil por "Portugal Democrático". A sugestão foi aprovada por aclamação. O documento enviado, que recebeu dezenas de assinaturas, é do seguinte teor: "Democratas portugueses, residentes em S. Paulo reunidos para comemorar o 5 de outubro, saudam os seus correligionários da metrópole e apresentam aos signatários do manifesto "O fracasso do reformismo" sua inteira solidariedade".

Seguidamente, o secretário do Centro Republicano Português, Alexandre Pereira, procedeu à leitura do expediente do qual constavam telegramas dos profs. Ruy Luiz Gomes e José Morgado, de Recife, Joaquim Barradas de Car-

valho e Silas Cerqueira, de Paris, Maria Luisa da Costa Dias, de Arge, Julio Duarte, de Curitiba, Eugênio Mercês, Francisco Vidal, Antonio Bravo, Jaime Sabino, Joaquim Simões, do Rio de Janeiro, prof. Carlos Guilherme Mota, presidente de Associação de Professores de História do Estado de São Paulo, etc.

Entre as numerosas personalidades, brasileiras presentes contavam-se a escritora Lygia Fagundes Telles, o prof. dr. José Carlos Gar-

buglio, da Universidade de São Paulo, Dolores de Mello Vassão, da Comissão de Amnistia aos Presos Políticos Portugueses e Espanhóis, Lorenzo Serrano, ministro do governo da República Espanhola no Exílio, etc.

Falaram apenas três oradores: o Prof. Florestan Fernandes, o sociólogo português Joaquim Quitério e o comandante João Sarmento Pimentel, presidente do Centro Republicano Português.

## O Caetanismo analisado por Florestan Fernandes

O prof. Florestan Fernandes, que falou de improviso, principiou por saudar os democratas portugueses na pessoa do comandante João Sarmento Pimentel. Prestou depois comovida homenagem à memória de anti-fascistas portugueses falecidos no exílio, destacando o nosso companheiro Augusto Aragão — que disse admirar como homem e revolucionário — Adolfo Casais Monteiro, Octavio Martins de Moura, e outros.

Publicamos a seguir um sumário da sua admirável lição:

O 5 de Outubro evoca uma revolução democrática malograda. Se tivesse vingado, ela estabeleceria a democracia burguesa em Portugal, em toda a sua plenitude, pondo fim às últimas sequelas e manifestações do "antigo regime" e instaurando novas estruturas de poder efetivamente democráticas constitucionais e representativas. A melhor evidência de que significava o 5 de Outubro está na própria evolução subsequente das forças conservadoras e reacionárias.

Elas se uniram para combater e destruir a República, que nascia e crescia em bases tão democráticas, e para organizar a contra-revolução como um processo político profundo e irreversível. Assim surgiu o salazarismo, uma das versões ibéricas do fascismo, e se revitalizou um regime tradicionalista de despotismo, com todos os seus odiosos privilégios e o reflorescimento da dominação particularista de oligarquias politicamente irresponsáveis perante os interesses da Nação como um todo. Já analisamos esse regime, em outra ocasião, o que nos dispensa de tratá-lo mais a fundo.

No essencial, o salazarismo representava uma forma "racional" e "inovadora" de defender e restabelecer o monopólio do poder das classes privilegiadas, que se viam ameaçadas pela revolução democrático-republicana. Ele combinava a típica restauração reacionária a um elemento político moderno, o uso estratégico do poder político concentrado do Estado, em fins que se poderiam definir como totalitários (embora o totalitarismo se prendesse à autodefesa de classes ameaçadas pela mudança econômica, socio-cultural e política). Por essa via, os setores conservadores e reacionários das classes privilegiadas procuraram compensar sua incapacidade econômica, social e política. Como não podiam enfrentar sem riscos as tarefas centrais da revolução democrático-burguesa, impuzeram à Nação uma ditadura de classe totalitária, que lhes permitia: 1.º reduzir à impotência todas as forças que dinamizaram a revolução democrático-burguesa; 2.º manter intocáveis as estruturas econômicas, socio-culturais e políticas preexistentes; 3.º criar condições especificamente políticas de defesa de seus privilégios, ao mesmo tempo adaptadas ao objetivo de dar viabilidade histórica ao imobilismo resultante da preservação de uma ordem econômica, social e política semicapitalista e preponderantemente estática. A luz dessa interpretação, o Estado salazarista não é uma "aberração" ou um "anacronismo". Ele é a criação de uma burguesia impotente que, privada de meios para



O Prof. Florestan Fernandes proferindo suas palavras, tendo ao seu lado o com. Sarmento Pimentel e Joaquim Quitério, nosso companheiro de redação.

## JORNADA UNITÁRIA

A comemoração do 5 de Outubro, que tradicionalmente reúne os democratas portugueses de São Paulo, foi este ano assinalada por três fatos da maior importância e significado. Em primeiro lugar, o nosso hóspede de honra brasileiro foi o sociólogo Professor Florestan Fernandes. Scholar e homem de ação, Florestan Fernandes analisou a situação portuguesa com uma lucidez e uma profundidade a que nós não estamos habituados. Os leitores deste número de PORTUGAL DEMOCRÁTICO terão ocasião de apreciar esta peça antológica. A inexistência de estudos sociológicos no nosso país, fruto da política retrógrada do regime português, tanto no tempo de Salazar como no de Caetano, conduziu-nos a este paradoxo: uma das mais sutis análises dos nossos problemas deve-se a um brasileiro e não a um português. Extraímos deste fato as conclusões que ele comporta, de condenação ao obscurantismo do fascismo português, mas não o colocamos em termos de competição luso-brasileira. A verdade é que Florestan Fernandes, em relação aos problemas portugueses, sempre esteve em sua casa. Ele não precisa pedir licença a ninguém para falar sobre Portugal: o seu nome figura no primeiro plano dos amigos com que o nosso país sempre contou no Brasil e o seu conhecimento das nossas questões está alicerçado nesta sólida e longa amizade que sempre o uniu aos portugueses.

O segundo aspecto determinante desta comemoração foi o fato de o orador escolhido para falar desta vez em nome dos democratas portugueses pertencer à nova geração. Trata-se de um português que já nasceu dentro do fascismo e ao qual este, entretanto, não logrou doutrinar, tal como

aliás aconteceu com a maioria da juventude portuguesa. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, também a sua contribuição é uma peça de análise serena da nossa situação. Não há dúvida que a nova camada de democratas, em Portugal e nos círculos da emigração, retoma a bandeira com dignidade e, o que é mais importante, com uma consciência dos problemas na qual a retórica do sentimento foi substituída pela penetração e a clareza da inteligência.

Finalmente — last but not least — a curta intervenção do Comandante Sarmento Pimentel, que voltou este ano a presidir aos trabalhos, tocou, em palavras repassadas de emoção, num dos aspectos que sempre foi a linha mestra de quantos trabalham neste jornal: a necessidade de união de todas as forças anti-fascistas portuguesas. O Comandante Pimentel, referindo-se ao admirável documento que publicamos no último número, assinado pelos mais destacados nomes da oposição portuguesa, sem qualquer distinção de matizes ideológicos, destacou em termos vibrantes o que esse documento significa, em termos da possibilidade de uma ação unida, tanto no interior como no exterior. Em relação a este aspecto PORTUGAL DEMOCRÁTICO só pode evidentemente aplaudir esta forma de colocar a questão, pois a união acima de tudo sempre foi o nosso lema.

Saudemos pois este CINCO DE OUTUBRO como o limiar de nova unidade, como um redobrar de esforços em comum no combate ao caetanismo.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

(Cont. na 2.ª pág.)

PARTE PAGO - ECT - DR - SP



# A NATUREZA DO CAETANISMO ANALISADA POR FLORESTAN FERNANDES

(continuação da 1.ª pág.)

liderar e concluir a revolução nacional, trahu a democracia burguesa, substituindo-a por uma ditadura de classe burguesa. Ambas as formas de organização estatal do poder político são funcionais para a burguesia: a situação histórica variável é que decide para que lado irá sua "lealdade" final.

Como a nossa causa é da revolução democrática, devemos honrar o "5 de Outubro" refletindo sobre a situação atual. Já no início do governo do sr. Marcelo Caetano tivemos a oportunidade de afirmar, aos companheiros do movimento democrático português, que o caetanismo consistia em um "salazarismo por outros meios", em suma, "um salazarismo sem Salazar". As últimas evoluções de seu regime e da situação mundial permitem-nos ir mais longe. O caetanismo constitui uma versão aperfeiçoada e racionalizada do salazarismo e possui atributos diferenciados para se impor por conta própria, em seus termos, como uma reorganização da ditadura de classe totalitária em Portugal. Houve um progresso na amenização de "exterioridades", utilizadas para fins de propaganda, interna ou externa. Cabe, aí, a pseudo-normalização institucional, que teria diminuído a distância entre o regime ditatorial vigente e os ideais democráticos do povo português. Todavia, qual pode ser a normalização institucional de um regime ditatorial e totalitário? No fundo, estamos diante de uma gigantesca encenação farisáica, que corresponde à crescente fixação das ditaduras burguesas na atualidade, que se pretendem fleis à revolução democrática burguesa mesmo quando a traem de forma descarada, completa e irremediável. Tal progresso é superficial e não merece maior atenção, malgrado a repercussão que alcança nos meios de comunicação internacional. Mas, houve ao mesmo tempo o progresso do próprio regime: o salazarismo havia se deteriorado com o tempo, pois já preenchia muito mal suas funções. Não se ajustava mais nem à necessidade de re-orientar o desenvolvimento do capitalismo em Portugal, nem às estruturas de poder nascidas com a expansão do capitalismo ao nível internacional. Por excesso de rigidez, o salazarismo se esclerosara, enfrentando as "alas progressistas" do regime, que pretendiam novas perspectivas de crescimento socio-econômico, mantidas as demais condições de estabilidade política e de "segurança" da própria ditadura de classe burguesa. Nesse plano, o caetanismo deixou de ser, aos poucos, uma expressão do "salazarismo por outros meios", para se configurar, sob a velha ou nova roupagem, como a ditadura de classe burguesa requerida no presente. Como sucedia sob o absolutismo, a "revolução palaciana" não destrói o despotismo, apenas o retempera, recalibrando-o e ajustando-o às exigências da história. Uma revolução inevitável, de cima para baixo, não afetou o salazarismo. Repoz em seu lugar um regime igualmente cruel, anti-democrático e totalitário, que é reconhecidamente mais plástico, dissimulado e eficiente.

A sobrevivência do regime ditatorial e sua transformação decorrem da nova situação histórica. De um lado, para reorientar o desenvolvimento capitalista, impoz-se a adoção de uma política econômica

típica do capitalismo dependente. O que Salazar conseguiu adiar, atenuar ou aceitar de modo velado, hoje precisa ser feito de maneira aberta, com intensidade e sistematicamente. O governo e a burguesia portuguesa renderam-se aos ritmos e às imposições do capitalismo monopolista internacional, procurando na incorporação às economias capitalistas centrais a "solução" para o impasse econômico. De outro lado, por vários motivos, Portugal e suas colônias se tornaram não só uma "presa" fácil, mas também uma plataforma de grande interesse estratégico para algumas economias hegemônicas da Europa e para os Estados Unidos. O "desenvolvimento" por associação e por incorporação requer a aceitação de um padrão de dominação externa que possui dois gumes: certos dinamismos econômicos, socio-culturais e políticos são recebidos de fora, em troca de uma ampla transferência (pouco visível ou invisível) dos centros de decisão para os polos de dominação externa. O crescimento econômico e a modernização cultural são acelerados, mas sob uma hipoteca que penhora o futuro nacional dentro de limites imponderáveis e imprevisíveis. Em consequência, como sucedia com as elites em uma situação colonial ou com as oligarquias numa situação neo-colonial, sob o capitalismo dependente as burguesias perdem a larga parte de sua autonomia, aos níveis econômico, socio-cultural e político, pois deixam, na prática, de monopolizar o controle das estruturas de poder. Suas posições, em tais estruturas, são compartilhadas, em grau variável, com o poder externo invisível, que opera simultaneamente a partir de dentro e a partir de fora da sociedade capitalista dependente. Embora as burguesias dependentes tenham vital interesse em proteger-se através do Estado nacional, não podem impedir a deterioração de suas posições nacionais de poder e nunca chegam a dispor, sem a rutura da dependência, de meios de autodefesa diante das estruturas internacionais de poder, em que se enredam. Tornam-se "sócios menores" até no plano de que mais depende a sua sobrevivência e o seu "poder de barganha".

O governo do senhor Marcelo Caetano quebrou o nó górdio que sempre conteve, sob o salazarismo, a satelização de Portugal. Com isso, lançou-se na mítica dos "milagres econômicos", que fascina atualmente o mundo do capitalismo dependente e subdesenvolvido, especialmente nas nações mais pobres e lideradas por burguesias impatrióticas ou incautas. Ao tomar tal iniciativa política, colheu quase de imediato dois resultados simultâneos. Primeiro, Portugal entrou de chofre no processo histórico-cultural de adaptação a formas mais intensas de incorporação satelizada às economias e às culturas hegemônicas externas. Esse processo tem sido descrito, em Portugal, como se fosse o equivalente do reformismo social, controlado a partir de dentro. Todavia, ele nada tem a ver com isso, que só é sociologicamente possível em países que detêm o controle de sua modernização e que se transformam através da modernização autônoma (embora muitas vezes os centros da difusão cultural sejam externos). O que está em jogo, na verdade, é a modernização dependente, pela qual as estruturas econômicas, socio-culturais e po-

líticas são incorporadas aos centros econômicos externos, satelizando-se. O que é privilegiado é o centro externo, seus interesses e suas posições de poder e, em segundo lugar, as condições em que a hegemonia burguesa passa a constituir-se, internamente, como um conglomerado semi-nacional e semi-internacional. As transformações ocorrem, são aceleradas e profundas. O saldo que elas deixam é, no entanto, muito pobre, pois por definição elas são cegas aos problemas reais e estruturais da nação satelizada (inclusive, se tais problemas fossem levados em conta, não haveria como custear socialmente a modernização dependente). Segundo, Portugal rompeu de algum modo com o imobilismo que prevalecia nas esferas econômica, socio-cultural e política. A quebra do imobilismo, porém, é regulada por interesses altamente privilegiados, internos e externos. Ela desencadeia mecanismos econômicos e políticos que permitem, por exemplo, acelerar a acumulação capitalista ou privilegiar ainda mais as "grandes operações" dos círculos financeiros e das empresas multinacionais. No conjunto, ao romper-se o imobilismo, libera-se e protege-se ainda mais o superprivilegio, agravando-se de imediato o pauperismo, os desajustes internos e a desigualdade social. A compensação política necessária acaba vindo de uma maior rigidez dos controles políticos e policiais-militares, centralizados em torno do Estado, com uma modernização também das técnicas de repressão e de opressão.

Esses dois pontos sugerem qual é a diferença específica existente entre o salazarismo e o caetanismo. O regime ditatorial saiu do imobilismo e do privilégio de processos estáticos de autodefesa das classes dominantes. Embora a preservação da ordem continui a ser o alvo central da ditadura de classe burguesa, a própria ordem é vista e utilizada como um elemento instrumental seja para aumentar as vantagens relativas das classes dominantes, seja para dar viabilidade às transformações que podem garantir tais vantagens. Ela já não é mais um alvo em si mesmo nem um valor absoluto. É posta em um contexto pragmático no qual os mecanismos políticos de autodefesa das classes dominantes se associam a mecanismos de mudança econômica, socio-cultural e política, que tornam a ditadura de classe e a contrarrevolução mais agressivas e efetivamente dinâmicas. Podia-se afirmar que esse é o preço político da transição mais ou menos rápida para um modelo mais complexo de capitalismo dependente, e isso seria verdade. Deixar as coisas apenas nesse reconhecimento seria, contudo, ignorar de onde vem a transformação que está ocorrendo e com que consequências políticas. O regime ditatorial fez um esforço autêntico no sentido do autoaperfeiçoamento, da adaptação às exigências políticas da atualidade e da maior eficácia, em todas as direções (inclusive nos planos da opressão e da repressão). Se tudo isso se prendia originariamente à necessidade de dar viabilidade ao capitalismo dependente moderno, em Portugal e nas colônias, através do poder político estatal manejado pelas classes dominantes, ao dar-se o processo surgiu uma nova realidade, com um Estado totalitário mais eficiente e apto a servir uma burguesia consciente

do que está fazendo e decididamente aliada ao imperialismo. Dessa perspectiva, o fascismo não regrediu: para atingir os alvos mencionados — nas condições históricas apontadas — ele tinha de tornar-se mais forte e poderoso, avançando para um estágio no qual a ditadura de classe burguesa pode manipular com segurança a ordem existente e nela introduzir as transformações mais ou menos imperiosas para garantir seu novo entozamento com o capitalismo monopolista. Portanto, hoje o regime ditatorial e totalitário não bloqueia apenas a revolução democrática. Ele dá continuidade à contra-revolução e, ao mesmo tempo, aprofunda-a em direções que o salazarismo não poderia ousar. Nesse contexto político, a preservação e a ampliação de privilégios anti-nacionais tornam-se mais fáceis e a realização de atividades econômicas ou políticas anti-sociais, menos perigosa. O "desenvolvimento com segurança" está garantido. Mas isso não é o essencial. O essencial está no tipo de controle do poder político estatal, que se tornou mais ativo e dinâmico, estendendo o campo de ação política institucionalizada do regime fascista.

Essa evolução do salazarismo para o caetanismo parece paradoxal. Ela é, em si mesma, espantosa e contrária às expectativas dos setores democráticos da sociedade portuguesa ou do exterior. Mesmo de um ponto de vista apolítico, as tensões que minavam a economia, a sociedade e a vida política portuguesa pareciam reservar a crise — e não o fortalecimento e a renovação — ao fascismo. Pelo menos cinco contradições fundamentais sugeriam que a eclosão democrática era iminente em Portugal. Primeiro, o imperialismo e a fixação colonialista de uma nação depauperada, pequena e dependente pressupunham custos sociais ruinosos, para um "império" ilusório e que não tem como manter-se. Segundo, a exportação crônica do trabalho produtivo (com suas consequências demográficas, sociais e políticas bem conhecidas), impedia qualquer viabilidade ao crescimento do sistema de produção e do mercado interno em bases capitalistas. Terceiro, o empobrecimento crescente das massas trabalhadoras rurais e urbanas (com o agravamento geométrico dos problemas decorrentes da extrema desigualdade sócio-econômica), o sufocamento quantitativo e qualitativo das "classes médias" e o estancamento do desenvolvimento econômico acarretavam a erosão permanente da ordem econômica, social e política. Quarto, as aventuras colonialistas e a guerra colonial, independentemente do seu caráter odioso, converciam-se num sorvedouro de vidas, de recursos, materiais e de iniciativas (segundo informações fidedignas de Alvaro Cunhal: a despesa da guerra colonial é de 12 milhões de contos anuais, ou seja, 2/5 das despesas gerais do Estado; desde o início, a despesa global atinge 100 milhões de contos. "O correspondente de todas as outras despesas do Estado em seis anos"). Quinto, como subproduto das demais contradições, a inviabilidade do "capitalismo moderno" como um desenvolvimento interno autônomo. Essas contradições, que infelizmente não podem ser analisadas, geravam inquietação, tensões profundas e conflitos estruturais, a partir dos quais setores da sociedade portuguesa se erguam,

aberta ou clandestinamente, contra o regime ditatorial e lutavam pela implantação ou da democracia burguesa ou da democracia socialista. Poucos círculos confiavam plenamente no advento de uma crise revolucionária; quase todas acreditavam, porém — com exceção do poder constituído — na iminência de uma "crise do regime".

As referidas contradições não deram origem, no entanto, a nenhuma "transição democrática", por tênue que fosse. O salazarismo entrou em crise, mas por força do seu envelhecimento e deterioração. As forças sociais que o sustentavam, especialmente as que poderiam ser qualificadas como a "esquerda da direita", contaram com espaço político para dar uma guinada no sentido da modernização dependente e revitalizar, assim, a sua base de poder e o próprio aparato do Estado totalitário. Tal evolução não é única (ela se repete em outras nações subdesenvolvidas, unidas ao imperialismo). Mas, ela exige uma explicação. Em termos aproximativos, essa explicação é conhecida e envolve elementos políticos da situação interna e a presente conjuntura internacional. De um lado, o regime fascista português nunca tentou — nem mesmo no presente, com as condições com que conta o sr. Marcelo Caetano — enfrentar as mencionadas contradições. Na verdade, ele nunca poderia fazê-lo. Se tentasse vencer tais contradições e resolvê-las, ele se condenaria à destruição e ao desaparecimento (pois desencadearia a revolução democrática reprimida). Todavia, sempre se preparou para fazer face a seus efeitos, especialmente os de natureza política e que podiam ameaçar a ordem vigente. Assim, os problemas econômicos, sociais e políticos de Portugal nunca foram equacionados politicamente; mas as tensões deles resultantes sempre foram impiedosamente sufocadas, por meios policiais-militares ou por outros meios. Em consequência, as contradições se perpetuaram e se agravaram indefinidamente, servindo como uma espécie de fornalha, que alimentava o fascismo e o seu crescimento interno. Mas, dadas as próprias origens e condições em que se manifestavam, não podiam suscitar mudanças sociais impostas de baixo para cima e de teor revolucionário. Graças ao aperfeiçoamento gradativo da ditadura totalitária, os conflitos políticos do regime se intensificaram e se institucionalizaram, convertendo o terror sistemático em algo intangível e normal, a ponto de hoje, ser o fulcro da transformação imposta de cima para baixo. De outro lado, o capitalismo mundial teve uma evolução que contrariava os fundamentos axiológicos da ideologia e da moral burguesas. Ele pretende "progredir" na direção da democracia. Mas, de fato, "progrediu" na direção do solapamento da democracia ou da consolidação do fascismo. As estruturas de poder requeridas pelo capitalismo monopolista e pelo imperialismo — e isso em particular na periferia do mundo capitalista — exigem cada vez mais a arregimentação, a repressão e a opressão, em suma, o Estado funcionalmente fascista ou estrutural e funcionalmente fascista. Portugal, como outros países dependentes e subdesenvolvidos, caiu na via do novo padrão de "desenvolvimento



# Palavras de Joaquim Quitério Análise do Caetanismo

Publicamos abaixo na íntegra a intervenção de Joaquim Quitério:

"Falar da Revolução portuguesa de 5 de outubro corresponde a abrir uma velha ferida". Estas palavras proferidas pelo professor Vitor Ramos na reunião do ano passado, exprimem sem dúvida o sentimento mais generalizado entre os portugueses em relação à experiência republicana que cobriu o período de 1910 a 1926; O sentimento magoado de um povo a quem roubaram o mais belo dos sonhos.

Todavia, creio que existem variados modos de perceber esse sentimento, os quais correspondem a outros tantos modos de conhecer a República. O modo dos que participaram dos acontecimentos políticos da época ou a viveram politicamente. O dos que atingiram a maturidade já no período da ditadura mas tiveram ainda bastante convívio com homens das gerações anteriores, sobretudo nas escolas médias e nas universidades. E, por fim, o modo dos que já pouco ou nenhum contato tiveram com os que viveram a República.

Pertenço ao último grupo e por essa razão sinto-me pouco à vontade, quase como um intruso, ao ocupar uma tribuna por onde só têm passado até aqui — que eu me lembre — ou republicanos de experiência vivida, ou pessoas cuja formação política e social se opôs ao convívio estreito com aqueles. Convém lembrar que nas escolas primárias do nosso tempo o ensino da história de Portugal terminava no reinado de D. Carlos, com uma breve alusão final a D. Manuel II, e que nas escolas técnicas secundárias essa disciplina não constava do curriculum. Que na imprensa, as figuras e os temas da República eram assunto rigorosamente proibido. Que obras que versassem sobre o período republicano tinham a sua publicação interdita. Houve, portanto, um bloqueio sistemático à transmissão de conhecimentos e informações que atingiu drasticamente a nossa geração.

Um dos últimos episódios dramáticos que assinalaram esse bloqueio, foi a demissão de muitas dezenas de professores e de centenas de funcionários públicos ocorrida em 1947, por terem assinado um documento pedindo eleições livres.

Apesar disso a nossa geração também pode formar uma imagem da República, talvez pouco precisa, talvez muito idealista, mas em todo caso um imagem que nos parece valiosa, cujos traços identificamos em muitas pessoas do povo, vindas do tempo da República, nas quais observávamos o culto de princípios e de atitudes que julgávamos típicos daquela época.

Com o passar dos anos essas pessoas foram-se tornando cada vez mais raras e tivemos a sensação de que o espírito do povo se alterou em resultado do seu gradativo desaparecimento, ao mesmo tempo que pela influência das condições de vida sob a ordem fascista.

Para nós, mais do que a um sistema de governo, a imagem da República liga-se a um espírito de época que exaltava a justiça, a honradez, o civismo, o progresso e a liberdade. A República é para nós um conjunto harmonioso de sugestões que associamos, involuntária, mas irresistivelmente, à prosa de Antonio Sergio. Essa ideia que fazemos da República parece-nos suficiente para explicar o sentimento de profundo respeito que dedicamos aos homens que participaram do movimento republicano.

Também nos sentimos esbultados de um passado sobre o qual queríamos que tivesse sido alicerçado o nosso presente e o nosso futuro e acreditamos que é isso que dá a cada comemoração do 5 de outubro o caráter de protesto contra a presença do fascismo que se incrustou como parasita na história do país.

Entretanto, não honrariamos a memória dos fundadores da República se limitássemos as nossas aspirações à restauração das instituições políticas e sociais que eles criaram e aprimoraram. Se o regime republicano tivesse resistido ao 28 de maio, teria inevitavelmente evoluído, tanto mais que o ideal de progresso lhe era intrínseco. É necessário atualizar Portugal, repô-lo nos trilhos da civilização e da dignidade e romper com as estruturas ultrapassadas pela história.

Será impossível resolver a curto prazo todos problemas criados ou agravados pela ditadura fascista, como por exemplo o do atraso económico e o da instrução básica do povo, — que tão acarinhada foi pela República e depois tão espezinhada. Mas quando chegar a hora das primeiras e mais urgentes providências para a reorganização da sociedade portuguesa, será inevitável o recurso à experiência republicana, e sobretudo será indispensável inspirarmo-nos naquilo que dela se mantém mais vivo que é o espírito das suas instituições.

Porque sábias iniciativas da República em matéria de política colonial foram desprezadas, Portugal gasta hoje recursos que não possui para manter a opressão durante mais alguns anos a fim de permitir a alguns grupos de interesse que mitiguem a sua avidez de lucros e para adiar a hora daquilo que mais atemoriza os fascistas que é a abertura da primeira grande brecha em sua fortaleza.

Depois de destruir a obra iniciada por Norton de Matos, o fascismo lançou-se à construção do seu modelo de colonialismo e neste capítulo a sua ação foi particularmente tenebrosa.

Estamos habituados a examinar o colonialismo pelo lado da opressão, da violência e da exploração exercidas sobre os povos nativos.

Acreditamos que por mais divulgados que tenham sido esses aspectos, por mais que tenham sido denunciados os crimes coloniais, a informação está sempre aquém da realidade concreta, porque essa realidade supera todo o poder de fantasia. O que distingue o regime instaurado por Salazar e continuado por seus sucessores no poder é que ele transformou esses aspectos em rotina. Hoje procura-se explicar pelas vicissitudes da guerra as violências cometidas, mas elas faziam parte do cotidiano, mesmo nos tempos em que a hegemonia branca não parecia ameaçada.

Instalou-se em África, com o fascismo, um sistema de controle físico da pessoa africana que alia às muitas consequências já conhecidas do colonialismo a de degradar a curto prazo e de forma irremediável o caráter do povo dominador, e isto constitui uma faceta do colonialismo, cujas consequências ainda não parecem ter sido suficientemente percebidas.

É fácil de constatar o fato de que os portugueses que emigram para as colônias, em geral não são racistas. Na sua maior parte são gente humilde, dotada de virtudes tradicionais de trabalho, moderação e sentimentos de humanidade, que vai orientada pela legítima aspiração de escapar às difíceis condições de vida que leva

em Portugal. Essa gente, ao deparar-se com as surpreendentes condições de existência do povo africano, sente-se chocada. Nos primeiros dias de contato com esse mesmo povo consegue muitas vezes descobrir-lhe virtudes e discordar dos abusos dos outros brancos em relação aos nativos. Mas tal atitude dura pouco. A breve trecho o recém-chegado descobre que a opressão do nativo não é gratuita. Que, pelo contrário ela lhe traz vantagens nada desprezíveis. Quando percebe isso começa a operar-se nele um processo de adaptação psicológica que o levará a deixar de lado aquelas atitudes que não favorecem uma eficiente exploração das vantagens oferecidas pelo meio. A primeira vantagem é a de ver a camada social a que pertence, substituída por outra no fundo da escala, passando automaticamente a sentir-se mais próximo das camadas acima da sua. Agora já pode possuir empregados domésticos, coisa que nunca sonhara, e o número dos que pode manter é inversamente proporcional ao salário que terá de lhes pagar. Passa a ter a possibilidade de compelir esses empregados a manterem-se ao seu serviço mesmo que isso não seja da vontade deles e isso representa outra comodidade até então desconhecida em sua vida. Pode, por qualquer motivo fútil de desagrado, ou para aumentar a quota de trabalho desse empregado, levá-lo à polícia, acusando-o falsamente de desobediência ou de furto, e vê-lo exemplarmente punido a palmatoadas, socos e pontapés, qualquer que seja a sua idade e sem que seja permitido ao acusado contestar a acusação que lhe é feita.

Vê as suas possibilidades de conseguir emprego e melhorar de situação aumentarem, na medida em que o africano é preterido e tem bloqueadas até as suas pretensões de adiestramento profissional.

Mas, evidentemente, ele não poderá, de consciência tranquila, usufruir essas vantagens, se considerar, o nativo um ser igual a si, possuidor daquelas virtudes que inicialmente foi capaz de reconhecer. A liberdade do povo africano resultaria diretamente em seu prejuízo. Portanto ele precisa odiá-lo e considerá-lo em todos os sentidos um ser imperfeito e inferior para que possa recusar-lhe o direito de ser livre e para que possa sentir-se no direito de o explorar. Quando os contactos entre os elementos das duas raças se desenvolvem dentro do quadro da atividade económica e os indivíduos agem em nome de entidades abstratas, os métodos de opressão tornam-se mais sistemáticos e mais brutais.

Não sabemos muito sobre a história do regime republicano, mas sabemos o suficiente para poder afirmar, embora consideremos que a posse colonial nunca foi ato de generosidade, que ele seguiu quando foi derrubado, uma política colonial válida para a sua época e que, se esta houvesse sido continuada, sem dúvida teria dado aos povos coloniais a oportunidade de se prepararem para o exercício da soberania nacional e permitido a Portugal desligar-se gradativamente do compromisso colonial e terminar com honra a sua eufemisticamente chamada "missão civilizadora". Estas considerações ajudam-nos a compreender melhor que não é apenas filosófica, mas tem correspondência nos fatos concretos, aquela afirmação de que um povo que oprime outros povos não pode ser

(Concl. na 4.ª pág.)

(Concl. da 2.ª pág.)

com segurança", imposto pelas nações capitalistas hegemónicas e, em especial, pelos Estados Unidos. Com uma vantagem: Portugal, como a Espanha, já dispunha de um regime ditatorial "técnico" e funcional". Aí, não era preciso partir do ponto zero e a transformação do próprio regime ditatorial podia ser camuflada, por detrás do processo de "modernização", às vezes como se houvessem ganhos para a "causa democrática"! A questão estava tão somente em ajustar a engrenagem e o funcionamento da ditadura fascista à nova situação da economia capitalista mundial. Em outras palavras, a história moderna do capitalismo reserva um triste destino político a Portugal. O mundo capitalista avançado, como as classes dominantes portuguesas, só encontra vantagens no controle violento das contradições da sociedade portuguesa e na continuidade do fascismo.

Os paladinos da "liberdade", da "democracia burguesa" e do "socialismo" têm fechado os olhos diante desses dois aspectos da realidade política, ignorando que as contradições fundamentais de uma sociedade nacional não se movimentam por si mesmas. Deu-se pouca importância à flexibilidade e à capacidade de renovação do regime ditatorial totalitário. E negligenciou-se que a crise do capitalismo iria remontar a corrente, tirando a contra-revolução permanente dos porões da história. Não sendo eficazmente combatido de baixo para cima, o fascismo português manteve-se e fortaleceu-se, podendo impor a perenidade da contra-revolução. Na era do apogeu do imperialismo, por sua vez, ameaçado a partir de dentro e a partir de fora (por causa do confronto com o socialismo), o capitalismo monopolista converteu-se no foco de irrupção, de disseminação e de consolidação do fascismo. Essa é a realidade política que, segundo pensamos, pode elucidar a perspectiva de quem pretenda não somente explicar, mas concorrer para a destruição do fascismo, em Portugal ou em outras nações do mundo contemporâneo.

A posição que tomamos pretende ser objetiva, mas não derrotista. Os que lutam contra regimes autocráticos e totalitários nunca encontram à disposição as condições ideais para travar seus combates. No caso de Portugal, as contradições apontadas indicam que o país está maduro para a "revolução democrática" (tanto quanto qualquer outra sociedade nacional em situação análoga). O nosso fito consistia em repor os fatos em seu lugar, com a intenção de pôr em evidência que não se logrará nenhum resultado se o poder real do Estado fascista não for levado em conta. Todavia, não pensamos que Portugal se confronte com qualquer espécie de fatalismo (ou de "fatalidade política") e ainda menos que o "caráter português", a "apatia das massas incultas", a "debilidade da oposição", etc., condenem Portugal a uma marginalização histórica e a ser um "império fascista". De fato, as classes dominantes tiveram tempo para modelar o espaço político da sociedade portuguesa para o seu uso arbitrário e acabaram favorecidas, nessas tarefas, pelas sociedades capitalistas hegemónicas. Contudo, como não podem criar um espaço político alternativo — mesmo com o auxílio das nações capitalistas hegemónicas — estão presas na sua armadilha. Embora a situação presente seja diversa e exija outras opções po-

líticas, o espírito do "5 de Outubro" mantém a sua atualidade e o desfêcho histórico que ele almejava, a "revolução democrática" como alternativa política, é o único que pode alimentar a oposição sistemática ao fascismo. O quadro que descrevemos (com as evoluções políticas que o tornaram possível), apenas especifica a natureza das tarefas que precisam ser arrostadas pelas classes ou setores de classe da sociedade portuguesa que se identifiquem com a revolução social. Como se diz em um manifesto recente, "a solução do problema político português não pode esperar-se de uma evolução interna do regime. Os interesses dominantes não abdicam. A solução do problema português supõe a transformação estrutural do Estado e da sociedade, a qual exige a instauração de uma ordem política democrática e a socialização dos setores-chave da economia nacional". Por meio desse diagnóstico político, associamos o nosso elogio do espírito do "5 de Outubro" à atividade crítica e de oposição política das forças que lutam, simultaneamente, contra o neosalazarismo e pela revolução democrática em Portugal.

## Natal do Preso Político

Transporte	160,00
Raul Ciriaco da Cunha	10,00
Herlander Gomes	10,00
Mário Pinto	20,00
Alexandre Martins	20,00
José Alexandre	50,00
Fonseca Martins	10,00
Horácio Lima	20,00
Victor Ramos	20,00
José Luis Antunes	20,00
Alexandre Mendes André	50,00
António Gonçalves	10,00
João Rino	100,00
A TRANSPORTAR	500,00

**PORTUGAL DEMOCRATICO**

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva  
R do Hospício, 148, 1.º Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte —  
Edifício Centro Comercial —  
Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese And  
Colonial Bulletin - 10 Fentiman  
Road, London, S.W. 8

BELGICA: Mercedes Guerreiro —  
Av. Schaarbeek, 668 —  
1.800 — Vilvorde — Bruxelas —  
Belgique

HOLANDA: TULIPA VERME-  
LHA - Post-bus 12039 —  
AMSTERDAM — BIJMERMEER

CANADÁ: Portuguese Canadian  
Democratic Association P. O.  
Box 72, WESTON-ONTARIO

VENEZUELA: Junta Patriótica  
Portuguesa — Apartado 8287 —  
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica  
Portuguesa del Uruguay, Casilla  
de Correo n.º 2.128 — Distrito 5  
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-  
beiro - Postovní Urad/Jindřiská  
UL, C. 14 Schránka 646 — Pra-  
ha 1 — Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de  
"Portugal Democrático - 2, Place  
François Villon - Escalier E  
— La Courvenneuve — Seine -  
França

REDAÇÃO:  
Rua Libero Badaró n.º 488 —  
5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933  
Caixa Postal, 6248

Composto na  
Editora Policor Ltda.  
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.  
FONE: 278-4738

EXPEDIENTE:  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Assinatura para o exterior  
US\$ 8,00

Ano XVII — N.º 173  
Novembro de 1972

Os artigos assinados traduzem  
apenas a opinião de seus auto-  
res, sendo por conseguinte de  
sua exclusiva responsabilidade.



# Portugueses da America dirigem - se às Nações Unidas

Publicamos abaixo a integra do Memorial encaminhado pela Unidade Democratica Portuguesa de São Paulo ao secretário Geral das Nações Unidas para que seja levado ao conhecimento da XXVII Assembléa Geral daquela organização. O documento foi assinado por representantes das seguintes organizações: Unidade Democratica Portuguesa, "Semana Portuguesa", Portugal Democratico e Centro Republicano Português, do Brasil; Portuguese Canadian Democratic Association, de Toronto, e Movimento Democratico Português, de Montreal, do Canadá; Junta Patriótica Portuguesa, da Venezuela; Democratas Portugueses, de Buenos Aires e Bahia Blanca, da Argentina; Junta Patriótica Portuguesa, de Montevideu, do Uruguai; e Grupo de Democratas Portugueses de Nova Iorque, dos Estados Unidos.

Eis o documento, na integra:

Tal como anos anteriores vimos mais uma vez junto de V. Excia. em nome de um vasto setor do povo português — impossibilitado por uma censura férrea de exprimir livremente a sua opinião sobre os seus problemas e de repudiar publicamente a sangrenta guerra em que o Governo de Lisboa envolveu Portugal — expor a situação em que se encontra este país, nomeadamente perante o problema colonial.

1. — No decorrer do presente ano o Governo de Marcelo Caetano protestou contra as decisões tomadas por Comissões da Organização das Nações Unidas, nomeadamente a Comissão dos 24, em 4 de abril de 1972, de enviar uma missão especial a fim de inspecionar as áreas libertadas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Ignorando esse protesto, a missão especial da ONU teve ocasião, entretanto, de verificar, no caso da Guiné-Bissau, a existência nesses territórios libertados de uma organização, nos planos administrativo, sanitário e escolar. O Governo português negando, contra toda a evidência, a existência desses territórios libertados, contribuiu mais uma vez para impedir quaisquer negociações que permitam por cobro a guerra que está devastando a parte africana sob o seu domínio.

2. — Em 13 de abril, o Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas, na sua 854.ª sessão, depois de reafirmar os direitos inalienáveis de todos os povos à auto-determinação, de deplorar a política de alguns Estados que continuam fornecendo auxílio militar e de outros tipos, afirmou que doravante passará a reconhecer o Movimento de Libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o PAIGC, como sendo o representante único e autêntico do povo do território "e pediu" a todos os Estados, às instituições especializadas e a outros organismos das Nações Unidas que levem esse fato em consideração.

3. — Levando em conta as atitudes ultra-colonialistas do Governo de Lisboa, a Assembléa da Organização da Unidade Africana, reunida em Rabat, resolveu em 14 de junho de 1972, por unanimidade, condenar a política desse Governo e convidar todos os países do continente a romperem suas relações com Portugal. Por outro lado, essa mesma Assembléa apelou para todos os países membros do Mercado Comum Europeu, no sentido de cessarem imediatamente qualquer auxílio ao Governo Português, enquanto este não atender aos incessantes pedidos de negociações sobre o futuro das colónias portuguesas em África.

4. — Nesta mesma ocasião, V.

Excia., como Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, pronunciou-se contra o colonialismo de maneira bem clara afirmando nomeadamente: "O fim do colonialismo é inexorável... E isso ocorrerá de maneira pacífica ou violenta".

5. — Posteriormente, em julho de 1972, por ocasião da 57.ª sessão do Congresso Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, a política do Governo Português foi violentamente condenada, pelas suas contínuas violações à legislação do trabalho, nomeadamente em África — inexistência de qualquer proteção aos trabalhadores, falta total de liberdade sindical, manutenção de certos tipos de relações trabalhistas que se assemelham ao regime de escravatura. A condenação formulada por esta Comissão, que é a mais antiga dentre as que formam a ONU, foi definitiva e inapelavelmente contra o Governo de Lisboa.

6. — A reação do povo português, impedido de se exprimir pelas vias normais contra a situação em África, tem-se verificado entretanto por outros meios: manifestações de rua, como a da cidade do Porto, que mobilizou 40 mil pessoas, emigração clandestina, que simultaneamente pretende atingir um objetivo económico, pela fuga à miséria reinante no país devido à guerra, e um objetivo militar como meio de escapar ao recrutamento compulsório que mantém os jovens nas fileiras por um período que é considerado o mais longo do mundo. O repúdio à guerra em África tem-se manifestado também pela sabotagem, contrária à índole pacífica do povo português, mas de eficácia certa. Assim, muitos instrumentos do aparato bélico do Governo de Lisboa, foram destruídos nas suas bases metropolitanas, antes de partirem para as colónias. Deve-se assinalar que estas ações de comandos têm sido exercidas até hoje de forma exemplar, tendo o material sido destruído sem causar nenhuma vítima.

7. — Ante os fatos expostos, e considerando que o Governo de Lisboa se tem mantido insensível e surdo a todas as diligências no sentido de possibilitar uma abertu-

tura para as negociações pela Paz nas regiões que domina em África (tendo, pelo contrário, graça a uma política de alianças com os países racistas, como a África do Sul e a Rodésia, procurado ativar cada vez mais um conflito que pode pôr em perigo a Paz Mundial) os signatários, representando os portugueses democratas das Américas, onde habitam mais de 2 milhões de de portugueses, dirigem-se a V. Excia. a fim de:

A) — Apoiarem, uma vez mais e de forma categórica, a Resolução 1514, XV da Assembléa Geral da ONU, de 14 de dezembro de 1960 sobre a concessão da Independência aos países e povos coloniais, bem como todas as resoluções posteriormente adotadas neste sentido pela Assembléa Geral, o Conselho de Segurança e as Comissões Especiais da ONU;

B) — Sugerirem que a Assembléa Geral exija a retirada das

forças militares portuguesas, calculadas em mais de 150.000 homens, de todos os territórios coloniais onde se acham instaladas;

C) — Sugerirem que a Assembléa Geral exija o fim do apoio militar e económico que está sendo concedido a Portugal por alguns países membros da ONU, o que vem permitindo a continuação da guerra.

Outubro de 1972  
(seguem as assinaturas)

## Apelo à Unidade do Comandante Pimentel

Publicamos abaixo as palavras proferidas pelo Comandante João Sarmiento Pimentel, no aniversário do "5 de Outubro", encerradas com um vibrante apelo à unidade de todos os anti-fascistas portugueses.

Primeiro os nossos melhores agradecimentos aos dois ilustres oradores, que se dignaram vir participar conosco desta tradicional comemoração da data histórica da Proclamação da República em Portugal. Um, professor universitário, Florestan Fernandes, grande humanista e sociólogo brasileiro de fama internacional. O outro, Dr. Joaquim Quitério, é um dos jovens representantes da nova geração de intelectuais e democratas portugueses, corajosos defensores da liberdade, que possuem uma noção da luso-brasilidade bem mais sincera e real que aquela dos tratados e diplomáticos intercambios culturais. Vou falar pouco. Os velhos quase nada tem para dizer. Já participei das comemorações do 5 de outubro aqui em São Paulo durante 40 anos. Sempre nesta data tive para os meus patrícios e companheiros de tão longa Peregrinação, uma palavra de esperança, uma promessa e confiança na Democracia. Não há que mudar de parecer. Aos novos compete agora, como dizia Antero, "lançar o arco de outra nova ponte" que leve ao caminho da restauração da República e da Democracia e que nos liberte da sinistra e apocalíptica Ditadura que há 45 anos degrada e tiraniza Portugal.

Esse regime totalitário, fascista, cruel e pidesco, instituído pelo suntuoso fraternalismo de Santa Comba e continuado pelo 2.º Conde de Abranhos, só pode existir e ainda vigora pelo amparo de tenebrosos interesses financeiros e políticos das grandes potências capitalistas e por uma lamentável desunião dos democratas portugueses, que, vaidades e egoísmos mesquinhos têm trazido desavindos desde quando acabou a República.

E o povo, vendo que não aparecia ninguém capaz de deitar uma mão ao leme da nau lusitana, prestes a naufragar num mar de todas as ignomínias e traições, virou as costas ao "ninho meu paterno" como lhe chamava Camões, e emigrou em massa. Mas como eu, como todos nós, emigrou levando a Pátria madrastra no coração. E assim é que, lá de longe, das Fran-

ças e mais longinquas andanças, comendo aquele "pão que o diabo amassou", com um amor filial que é comovedora solidariedade, amealhou e mandou-lhe milhões de contos. Só em 1971, 18 milhões, que lá foram para armamentos e munições daquela guerra sem fim e sem solução que na África nos arruina e ameaça comprometer a própria nacionalidade. A minha visão do panorama político e social do Portugal de hoje não é filha de inimizades partidárias, mas da melancólica realidade que me transmitem amigos e familiares, dizendo o abandono em que viram as aldeias e vilas da Província abandonadas por mais de 30 e 50% dos seus habitantes, terras largadas à erosão, ao matagal, só velhos e mulheres no amanho do agro, duma lavoura sem futuro, pobre, mesquinha, ruínosa. Como há um século dizia Antero de Quental, eu devo repetir: "Reconheço que as minhas palavras não são bem aceitas por todos, mas gostaria que pelo menos as consciências retas sinceras e leais, vissem nelas motivos para uma união baseada na mútua tolerância e mutuo respeito". Era essa fraternidade moral que eu queria pedir aos republicanos e democratas portugueses. Essa união é uma urgente necessidade patriótica que se me afigura começar a ser reconhecida em Portugal, onde um numeroso grupo de intelectuais, representantes de todas as correntes políticas e democraticas, publicou o manifesto intitulado "O Fracasso do Reformismo" e que foi transcrito pelo jornal "Portugal Democratico" de São Paulo. Mandemos a nossa adesão a esse manifesto. Prestemos a nossa solidariedade aqueles nobres companheiros que, com grave risco para a sua liberdade e enfrentando as cruéis e selvagens repressões da Polícia política da Ditadura fascista, ousaram vir a publico mostrar e provar a mentira e a maquiavélica hipocrisia do apregoado e falso reformismo do governo de Marcelo Caetano. Este apelo eu o faço em nome de todos os republicanos e democratas portugueses residentes em São Paulo, que mais uma vez me

deram a honra de presidir a esta festa cívica e patriótica, que lembra uma das datas históricas do Portugal de sempre. Faltava-me agradecer a presença de D. Lourenço Serrano e seus dedicados companheiros, nossos amigos espanhóis, que nunca faltam com seu fraterno concurso ao nosso "5 de Outubro" e que, como nós outros, também aguardam a libertação da sua Pátria heróica da tirania dum governo totalitário.

## Joaquim Quitério...

(Concl. da 3.ª pág.)

um povo livre. Com efeito, a parcela do povo português que emigra para África e é vilmente ensinada a oprimir os povos africanos, enquanto exerce essa arte alimenta as forças que oprimem o seu próprio povo. Da mesma forma, o povo português na sua totalidade estaria permitindo o revigoramento dessas forças de opressão se faltasse com o seu apoio à luta dos povos coloniais pela sua liberdade. Mas ele tem dado provas bastantes de que está disposto a ser livre e para ser livre saberá vencer o tempo e as dificuldades e implantar de novo a República.

E esta dispensará qualquer política colonial porque simplesmente será incompatível com o colonialismo.

Mantenhamos a fé e acima de tudo sustentemos a luta, porque o sol da República ralará de novo sobre Portugal.

**TULIPA VERMELHA**

Onde quer que viva, se o seu problema é:

- assinar jornais e revistas unitárias em língua portuguesa,
- obter livros portugueses e brasileiros de estudo, cultura geral ou recreio, escreva-nos:

Tulipa Vermelha — Postbus 12039, Amsterdam — Holland

**OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE**

Diariamente das 8 às 8.30 em 50 metros; das 20 às 20.30 e das 22.13 às 22.43 em 32 metros; e das 0.30 às 0.50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13.30 em 19.20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Divulguem o "PORTUGAL DEMOCRATICO"

**agência TRIÂNGULO de seguros s. a.**

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

**PORTE PAGO - ECT - DR - SP**

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Libero Baduró, 488 - 5.º Sala 50

SÃO PAULO - BRASIL

Endereços de Assinantes